

Uniões Prematuras: Um Estudo sobre abandono de Ensino no Distrito de Mecubúri (2016-2018)

Félix Jenate¹

Iana Jorge Mugema²

Resumo

O presente artigo tem objectivo de descrever as experiências e percepções de uniões prematuras das adolescentes que abandonaram o ensino no distrito de Mecubúri, província de Nampula. O estudo usou a metodologia fenomenológica. Participaram neste estudo 21 adolescentes, a partir das respostas dadas pelas adolescentes, foi possível perceber que os factores que contribuem para uniões prematuras são vários, dos quais destacam-se: a pobreza e vulnerabilidade das famílias; falta de orientações claras da camada adolescente sobre a fase apropriada para se casar; pressão dos pais e líderes familiares às suas filhas para contrair a união prematura e, desejo de contrair a união prematura. Uma das informações mais destacável através desta pesquisa, foi de que, as adolescentes contraem união prematura por vontade própria, para além das outras que informaram que contraíram a união prematura por pressão dos pais e gravidez indesejada. Neste sentido, as instituições ou programas que lidam com adolescentes precisam com urgência produzir acções mais eficazes de orientação, não só como uma questão de saúde, mas de consciencialização das implicações ou dificuldades que pode causar uniões prematuras, visto que limitam a chance de adolescentes se formarem e terem uma colocação profissional, porque contribui para o abandono do ensino, para além de violar a integridade física, social, psicológica e de saúde sexual reprodutiva das adolescentes.

Palavras chaves: união prematura, educação, abandono do ensino.

Abstract

This article aims to describe the experiences and perceptions of early marriages among adolescents who dropped out of school in the Mecubúri district, Nampula province. The study used a phenomenological methodology. Twenty-one adolescents participated in this study. Based on the responses given by the adolescents, it was possible to understand that there are several factors contributing to early marriages, among which the following stand out: poverty and

¹ **Félix Jenate**, Mestrado em Educação em ciências de saúde, pela Universidade Lúrio, licenciado em ensino de Química pela Universidade Pedagógica, docente do Instituto Superior Politécnico de Mecubúri (ISPOME), campus de Ttottotto, E-mail: felix1jenate@gmail.com

² **Iana Jorge Mugema**, Mestrado em Psicopedagogia pela Academia Militar “Marechal Samora Machel” de Nampula e Licenciado em ensino de língua inglesa pela Universidade Pedagógica, Delegação de Nampula. Docente de língua inglesa do Instituto Superior Politécnico de Mecubúri (ISPOME), Campus de TTottotto. E-mail: ianajorge.jorge@gmail.com

vulnerability of families; lack of clear guidance for adolescents regarding the appropriate age to marry; pressure from parents and family leaders on their daughters to enter early marriages; and the desire to enter into early marriages. One of the most notable pieces of information from this research was that some adolescents enter into early marriages of their own free will, in addition to others who reported that they entered early marriages due to parental pressure and unwanted pregnancy. In this regard, institutions or programs that deal with adolescents urgently need to produce more effective guidance actions, not only as a health issue but also to raise awareness of the implications or difficulties that early unions can cause, as they limit the chances for adolescents to complete their education and secure professional employment, contribute to school dropout, and violate the physical, social, psychological, and reproductive sexual health integrity of adolescents.

Keywords: Early union, education, school dropout.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo describir las experiencias y percepciones de uniones tempranas de adolescentes que abandonaron la educación en el distrito de Mecubúri, provincia de Nampula. El estudio utilizó la metodología fenomenológica. Participaron en este estudio 21 adolescentes; a partir de las respuestas dadas por las adolescentes, fue posible percibir que los factores que contribuyen a las uniones tempranas son varios, entre los cuales destacan: la pobreza y vulnerabilidad de las familias; la falta de orientaciones claras a la población adolescente sobre la etapa adecuada para casarse; la presión de los padres y líderes familiares sobre sus hijas para contraer la unión temprana y el deseo de contraer la unión temprana. Una de las informaciones más destacables de esta investigación fue que las adolescentes contraen uniones tempranas por voluntad propia, además de aquellas que informaron que contrajeron la unión temprana por presión de los padres o por embarazo no deseado. En este sentido, las instituciones o programas que trabajan con adolescentes necesitan urgentemente producir acciones más eficaces de orientación, no solo como una cuestión de salud, sino de concienciación sobre las implicaciones o dificultades que pueden causar las uniones tempranas, ya que limitan la oportunidad de que los adolescentes se formen y consigan un empleo, porque contribuye al abandono escolar, además de violar la integridad física, social, psicológica y de salud sexual y reproductiva de las adolescentes.

Palabras clave: unión temprana, educación, abandono escolar.

Introdução

As uniões prematuras constituem um problema de saúde pública para adolescentes e sua família, para além de constituir um impedimento na progressão no sistema de ensino. A literatura refere que até aproximadamente meados do século XX, a união prematura não era considerada como uma questão de saúde pública, e também não recebia atenção de pesquisadores como recebe hoje em dia. Além disso, outras questões fizeram com que este tema por muitos anos fosse reprimido na sociedade, visto que, falar de saúde sexual reprodutiva naquele tempo era um tabu¹. Apesar de a sexualidade ser algo inerente à vida humana, a sociedade historicamente foi marcada pela repressão a este tema, considerando as relações sexuais apenas para a reprodução. A sexualidade ficava restrita à vida conjugal, não podia ser discutida e nem sequer mencionada, devido a valores religiosos como os advindos do catolicismo que impunham estas restrições¹. Mas este cenário vem se modificando paulatinamente com outras mudanças na sociedade e, de um modo geral, actualmente este tema é debatido ao nível mundial.

No século XX, a idade em que as mulheres se casavam era por volta dos 14 anos, eram mulheres que recebiam uma criação para a vida doméstica, cuidar da casa, dos filhos e do marido. Esta era a idade considerada correcta para se casar e, as mulheres que com essa idade ainda não tivessem um pretendente, eram motivos de preocupação. Nesta época, a faixa de adolescência tinha uma duração muito curta, quase que imperceptível, visto que, até aos 14 anos, já estavam realizando tarefas e desempenhado papéis considerados de adultos, seu aprendizado era no ambiente doméstico¹. Estes parâmetros, porém, foram sendo modificados, a idade antes considerada correcta para casamento, passou a ser cada vez mais adiada.

Determinados valores sociais, estabeleceram a lógica vinculada muito mais a valores burgueses, que deu a seguinte ordem para a faixa de adolescência: estudem! Obtenham uma colocação profissional, para posteriormente se casarem e terem filhos. Expectativa que foi reforçada em dados momentos pelas conquistas femininas, na qual as mulheres passaram a ocupar espaço no mercado de trabalho, antes considerado um espaço totalmente masculino¹.

Neste contexto é importante ressaltar que, o trabalho do adolescente deve prioritariamente ter caráter educativo. Actualmente, verifica-se que a fase de adolescência está a ter uma maior duração, adolescentes frequentam a escola para se prepararem à vida profissional e passam anos neste aprendizado, a fase de adolescência dura cada vez mais.

As uniões prematuras no mundo são consideradas como uma das principais formas de abuso e violação dos direitos dos adolescentes⁴. Os países da África Austral e do sul da Ásia apresentam as maiores taxas de ocorrência deste fenómeno, cujo 36% das mulheres com idade compreendida entre 20-24 anos, afirmam ter casado antes de 18 anos⁵. As mulheres são mais afectadas em uniões prematuras em relação os homens.

Moçambique é um dos países da África Austral que apresenta maiores taxas de uniões prematuras no mundo, ocupando em 11º lugar na lista, depois do Níger, Chade, República Centro-Africana, Bangladesh, Guiné, Mali, Burkina Faso, Sudão do Sul, Malawi e Madagáscar, contabilizando perto de metade de mulheres que se casam antes dos 20 anos e em 10º lugar ao nível de África⁵. Ao nível da região da África Austral e Oriental, Moçambique ocupa na 2ª posição⁴. As uniões prematuras são mais comuns nas Províncias do Norte e Centro do que no Sul do País, nas zonas rurais do que nas urbanas⁴. As províncias de Nampula e Zambézia são as mais afectadas em uniões prematuras.

Para estabelecer o índice de uniões prematuras, a organização avalia, a partir de números da Organização das Nações Unidas (ONU), factores educativos, económicos, de saúde e políticos, como: a escolaridade das mães, o acesso a contraceptivos, a mortalidade infantil ou a duração da licença de maternidade⁴.

1-Uniões Prematuras: Conceito e enquadramento geral

Existem definições diferenciadas sobre uniões prematuras, dependendo de cada sociedade. Para Organização Mundial de Saúde (OMS) união prematura é a união de carácter matrimonial que envolve indivíduos menores de 19 anos. Para Moçambique, a união prematura é a união de carácter matrimonial que envolve indivíduos menores de 18 anos.

Em Moçambique, esta prática envolve em muitas vezes raparigas com idade menores de 18 anos, e indivíduos adultos do sexo masculino. Por se tratar união matrimonial que envolve indivíduos menores de 18 anos, as uniões prematuras não têm cobertura legal no âmbito do ordenamento jurídico moçambicano⁵.

Como forma de proteger a dignidade da criança e adolescente, em 1989 a ONU (Organização das Nações Unidas) aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com o mesmo, adolescente é a pessoa que tem entre 12 a 18 anos de idade. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), adolescente é o indivíduo que tem entre 10 a 19 anos de idade, que se caracteriza por mudanças físicas e psicobiológicas graduais. Essas alterações dependem de factores hereditários, ambientais, nutricionais e psicológicos.

O estatuto entrou em vigor em 13 de junho de 1990, (sob lei nº 8,069)², o estatuto é de referência mundial e tem como propósito: proteger de todas as práticas discriminatórias contra a Criança e Adolescente. No artigo 15 deste estatuto, reforça os direitos da criança e adolescente formalmente, preconizando que: a Criança e Adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis humanos e sociais, garantidos na Constituição e nas leis. A partir desse momento, começaram a ser produzidos programas ligados a criança e adolescente, a serem fabricados materiais de brinquedos e vestuários apropriados para a criança e adolescente. Visto que no século XX não haviam esses programas e não havia vestuários apropriados para adolescentes, vestiam-se com roupa de adultos.

Depois de aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente, a Constituição da República de Moçambique foi reelaborada, procurando- se adequar ao que indica o Estatuto da Criança e Adolescente. Neste sentido, a Constituição da República de Moçambique, passou a assegurar os direitos da criança e adolescente, cujo artigos 47, 120 e 121 preconizam a proteção da criança e adolescente pela Família, Sociedade e pelo Estado, e ressalta que: “é dever da família, da sociedade e do estado, assegurar à criança e adolescente, com absoluta prioridade, dando o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Foi a partir dessa perspectiva, que as instituições que actuam nessa área foram desafiadas a modificar sua intervenção, em especial o Ministério da Mulher e da Ação Social como órgão central do aparelho do Estado que dirige e coordena a execução das políticas da emancipação e

desenvolvimento da mulher e da acção social do País, tendo como destaque: as Mulheres; as Crianças e Adolescentes; os Idosos e as Pessoas Portadoras de Deficiência³. Atualmente, o Governo propõe uma nova forma de fazer política de atendimento à criança e adolescente, adoptando a doutrina da protecção integral, incentivando a descentralização e a participação da sociedade civil no processo de construção das políticas públicas de atenção nessa área³.

1.1-Factores de Uniões Prematuras

1.1.2- Práticas Sócio-culturais e tradicionais da sociedade moçambicana

Moçambique é um país que possui várias culturas e tradições. A motivação para uniões prematuras, por um lado, está associada a factores sócio-culturais que na sociedade moçambicana, promove-se o casamento das raparigas na fase da puberdade e antes da primeira relação sexual⁵. Por exemplo, na zona norte do País é frequente praticar-se os ritos de iniciação, em que os indivíduos são preparados para responderem as demandas da vida adulta. As mulheres recebem instruções sobre os deveres de uma dona de casa, os cuidados com os filhos, o comportamento perante o marido e ensinamentos relacionados com a higiene pessoal e cuidados durante o período menstrual. Após está prática, o indivíduo é considerado como adulto, e as adolescentes que estão na fase da puberdade podem casar.

Assim, os autores que abordam uniões prematuras na perspectiva da pedagogia de desenvolvimento, psicologia e feminista, concordam em afirmar que, uniões prematuras em Moçambique, constitui prática comum legitimada por factores culturais, sociais, económicos, religiosos, psicológicos e morais, que violam os direitos dos adolescentes, consagrados na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e adolescente⁵.

A cultura e a tradição são importantes para um povo e para uma comunidade¹. No entanto, quando algumas práticas dentro da cultura e da tradição são prejudiciais, ou não representam os princípios e os valores da dignidade humana, devem ser mudadas¹.

1.1.3- A gravidez Indesejada

A actividade sexual na adolescência vem aumentando com grande velocidade, mas a preocupação de utilização de métodos contraceptivos pelos adolescentes não é expressa da mesma forma¹. O problema de uniões prematuras está directamente associado a gravidez indesejada, uma vez que um dos factores das uniões prematuras é devido a gravidez indesejada. Porque a maior parte das famílias quando recebem a notícia de gravidez indesejada, a reacção tem sido de expulsar a rapariga de casa ou exigir que se case com o autor da gravidez. Havendo ainda a possibilidade da rapariga e o companheiro irem morar em códigos anexos da família de um deles, mantendo os vínculos familiares⁷. Neste caso, a união prematura é realizada mesmo sem consentimento da rapariga que se sente obrigada a contrair união prematura⁵. A existência de filhos também pode ser uma motivação que promova a união prematura, reafirmando as funções de promover e cuidar da criança os ambos¹.

1.1.4- Pobreza e Vulnerabilidade das Famílias

As raparigas que vivem em condições de vulnerabilidade social e não condigna, têm dificuldades a vários tipos de serviços, como: saúde, educação, alimentação, dentre outros que prejudicam ainda a sua condição de vida. Neste contexto, elas optam em contrair a união prematura para aliviar essa dificuldade¹. Acrescenta-se ainda que, alguns pais principalmente residentes nas zonas rurais e desfavorecidos, usam suas filhas como meio de troca, que deve resultar em ganhos para a sua família através do dote e para a família de seu marido através de procriação, por isso, as raparigas tornam-se frequentemente vítima de união prematura, como estratégia de redução de gastos e de aumento de rendimento da sua família⁵.

1.1.5- Baixo índice de Escolarização das Adolescentes Residentes nas zonas Rurais

As adolescentes que vivem nas zonas rurais tendem a abandonar o ensino rapidamente optando em contrair a união prematura, ou são obrigadas com os pais a abandonar o ensino para contrair a união prematura. Estudos nacionais indicam que a decisão das raparigas em contrair a união prematura é tomada muitas vezes pelos pais, o que evidencia que os pais e/ou parentes

directos da rapariga, continuam a exercer uma forte influência na prevalência de uniões prematuras nas zonas rurais⁸.

1.1.6- Falta de Orientação Familiar sobre a Saúde Sexual e Reprodutiva

No momento contemporâneo, as novas formas assumidas pelo Estado, caracterizam-se pelo maior controle sobre as famílias, ditando a forma como devem educar os filhos. O Estado passa a ter um papel reduzido no que concerne à regulamentação e protecção, delegando para as famílias a responsabilidade de promover sua manutenção⁹. A família é a instituição onde se inicia e aprende-se sobre afectos e relações sociais¹⁰.

A maior parte dos pais não conversam com as filhas (os) sobre a sexualidade. Algumas vezes os pais sentem-se envergonhados em falar sobre sexualidade com as filhas (os), estas também sentem envergonhadas (os) em conversar com seus pais sobre o assunto¹¹. Essa possível falta de proximidade, muitas vezes, pautada nessa dificuldade ou vergonha de discutir valores familiares é um dos caminhos que leva para um distanciamento entre pais e filhos, e faz com que as adolescentes que estão na fase de puberdade iniciem actividade sexual de forma liberalizada, sem conhecer as implicações que a sexualidade traz e a forma como elas devem- se proteger para controlar a gravidez indesejada, ou podem tomar decisão de contrair a união prematura. Neste contexto, faz com que haja o índice de gravidez precoce bem como uniões prematuras¹¹. A falta de comunicação sobre sexualidade na família, não significa falta de interesse ou responsabilidade por parte dos pais, na verdade podem estar evidenciando a falta de informação¹.

Outro motivo que tem levado a uma maior incidência de união prematura é o facto que, no decorrer dos anos, as famílias estão diminuindo as formas de controle sobre as filhas (os), os pais diminuem a repressão para não se tornarem inconvenientes ou obstáculos na vida das filhas (os)¹. Actualmente há um crescimento forte apelo sexual, potencializado pelas mídias, novelas, propagandas, filmes com grande conotação sexual, como forma de atingir audiência e comercializar produtos- marcas de uma sociedade capitalista. As famílias são atingidas nesta relação, pois, este apelo sexual é passado de qualquer forma, sem consideração da idade de quem assiste. Os pais na maioria das vezes, não têm como controlar o que as filhas (os) estão assistindo nas mídias, devido às novas configurações do mundo do trabalho, não acompanham as filhas (os)

cotidianamente. Desta forma, crianças e adolescentes e de um modo especial os últimos, são os grandes atingidos, pois, estão vivendo uma fase de curiosidades e dúvidas, e a sexualidade se expressa mais concretamente neste período. Essas dúvidas, no entanto, muitas vezes não são esclarecidas no âmbito familiar, por sua vez, sofrem os mais diferentes estímulos e apelos, o que enfatizam a sexualidade de forma liberalizada, aumentando o índice de gravidez precoce e uniões prematuras.

1.1.7- O Fraco Acesso aos Serviços Primários Básicos Preventivos no Âmbito da Saúde Sexual Reprodutiva da Rapariga

Este facto é também apontado como uma das causas motivadoras da incidência de uniões prematuras, principalmente nas zonas rurais, onde os programas ligados a saúde sexual reprodutiva são muito escassos e, faz com que as raparigas residentes nas zonas rurais sejam vulneráveis em contrair gravidez precoce e união prematura.

2- Implicações de Uniões Prematuras

2.1- Implicações Sociais e Físicas

A união prematura não se trata apenas de uma situação de saúde sexual reprodutiva, mas também uma questão social e física, visto que, é interrompida uma fase em que os indivíduos deixam de ser adolescentes e imediatamente passam a ter responsabilidade de uma pessoa adulta¹. Adolescentes em união prematura, são obrigadas a fazer tarefas que competem a pessoas adultas (trabalho infantil), neste contexto, considera-se que a sua infância fica roubada, ou seja, os seus direitos ficam sem impacto³.

Em síntese, Uniões prematuras implica que a adolescente lide com os desafios que lhe são inerentes, isto é, com as tarefas específicas que exigem o casamento, para além das tarefas de desenvolvimento normativo da adolescência. A união prematura vai implicar modificações nos diversos domínios de existência da adolescente, quer em termos do seu desenvolvimento individual, quer nos seus contextos de vida significativos¹³. Acrescenta-se ainda que, a união prematura implica que a adolescente separe de forma precoce com seus pais⁸, adolescente em

união prematura, após o nascimento do seu bebé, além de exercer o papel de filha, passa a exercer o papel de mãe e, ressignifica, nesse processo, a sua relação com a própria mãe¹⁴.

2.1.1 Implicações Psicológicas

Em termos psicológicos, a união prematura está associada à noção de risco, na medida em que implica na vivência simultânea de dois fenômenos: a fase do desenvolvimento psicológico e a violação da integridade psicológica¹⁵. Adolescentes em união prematura ficam com um estado psicológico atrofiado, são obrigadas a se comportar como adultas enquanto adolescentes, portanto, possuem uma sensação de diferença psicológica em relação às outras adolescentes da sua idade que não tenham contraído a união prematura nesta fase de vida¹⁶. Porém adolescentes em união prematura passam a ter uma série de expectativas e responsabilidades que pode limitar-lhes muitas oportunidades. A posição da adolescente em união prematura, no contexto familiar, é redimensionada, na medida em que ela precisa desenvolver habilidades e assumir responsabilidades relacionadas ao cuidado do marido do seu lar e de si mesma¹².

As transformações emocionais e cognitivas características pelas quais as adolescentes passam nesse período do desenvolvimento, fazem com que elas sentem mais dificuldades para desempenhar de maneira satisfatória o papel de casamento, uma vez que não dispõem, na maior parte das vezes, dos recursos psicológicos necessários para entender e tolerar as demandas diárias e frustrações do casamento¹⁷.

2.1.2- Implicações na Política moçambicana

As uniões prematuras em Moçambique, têm implicações negativas no combate a pobreza, visto que, influenciam negativamente no alcance de pelo menos seis dos oito objectivos de Desenvolvimento do Milénio e de outras políticas e estratégias de redução da pobreza em implementação no país⁸, dado que os países que apresentam uma taxa elevada de uniões prematuras tendem a ter um baixo nível de rendimento bruto interno.

2.1.3- Implicação na Educação

As uniões prematuras, compromete o alcance da meta de educação para todos. Com base no estudo do Banco Mundial realizado em 2007, referiram que as uniões prematuras constituem uma razão para o não ingresso das raparigas no ensino secundário, ou para posterior abandono escolar. Neste contexto, as uniões prematuras têm implicações negativas na educação, uma vez que prejudicam as raparigas no que respeita ao acesso, permanência e conclusão do sistema educativo, privando-as e comprometendo que elas se formem e tenham uma colocação profissional¹⁹.

2.1.4- Implicações na Saúde

Na saúde as implicações das uniões prematuras são várias, dentre as quais destacam-se: aumento das taxas de morte materna e infantil (antes, durante ou nos 42 dias subsequentes ao parto); prevalência de doenças de transmissão sexual incluído o HIV e SIDA na faixa etária compreendida entre 15-24 anos de idade; aumento de prevalência da gravidez precoce; aumento das doenças como: à infecções urinárias, anemia¹⁸; prevalência de casos de parto demorado com necessidade a cesariana; aumento de infecções uro-genitais especialmente decorrentes de partos feitos em más condições; aumento de casos da fistula obstétrica. Aumento de crianças com baixo peso à nascença e consequentemente, uma maior probabilidade de morrer¹⁹; aumento do número de bebés prematuros- aqueles nascidos com menos de 37 semanas.

Estatísticas actuais indicam que a percentagem de mulheres com idade compreendida entre 20 a 24 anos que contraíram a união prematura decresceu de 56,6 % para 48,2%, e as que contraíram a união prematura antes dos 15 anos reduziu de 21,5% para 14,4%. Esta redução é estatisticamente significativa²⁰. Mas apesar dessa diminuição os índices ainda são preocupantes e carecem de uma intervenção. No Distrito de Mecubúri, a percentagem das raparigas em união prematura em 1997 era de 20% contra 15% em 2017, o que mostra alguma progressão nos esforços em curso, embora os desafios ainda permaneçam²¹.

3- MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo qualitativo com abordagem fenomenológica. A Fenomenologia é, "um nome que se dá a um movimento cujo objectivo principal é a investigação directa e a descrição de fenómenos que são experienciados conscientemente, exprimirem aquilo que é dado directamente na consciência, sem teorias sobre a sua explicação causal e tão livre quanto possível de pressupostos e de preconceitos"²².

Assim, questiona-se ou entrevista-se buscando a compreensão deste ou daquele fenómeno humano, buscando de um modelo minimamente organizado que sirva como referência à compreensão do fenómeno em estudo²³. Assim, estar-se -á, de facto, em busca de criar-se uma “codificação”, que seja para o facto humano.

O estudo decorreu no Centro de Saúde de Mecubúri, entre os meses de julho à setembro de 2018, este local foi escolhido por conveniência, dado que possui uma maternidade e tem também um serviço de consultas pré-natais e atendimento de crianças - incluindo a consulta de peso de crianças. Estes locais foram vistos como potenciais para aceder às adolescentes que contraíram a união prematura. Contudo, porque se pretendia arrolar para este estudo, experiências e percepções sobre uniões prematuras em adolescentes que abandonaram o ensino, foram procuradas nas consultas pré-natais e no atendimento de crianças. Assim, todas as adolescentes que foram elegíveis para este estudo foram abordadas nas consultas pré-natais e peso de crianças.

Foram arroladas para este estudo raparigas com idade compreendida entre 12 a 18 anos. Participaram neste estudo 21 adolescentes, com idades compreendida entre 14 a 18 anos, entre as quais: 2 tinham 14 anos, 1 tinha 15 anos, 2 tinham 16 anos, 3 tinham 18 anos, 13 tinham 17 anos. Os participantes faziam parte de um mesmo segmento social, mas deve-se considerar que dentro de grupos de semelhantes, existem formas diferentes de pensar, agir. Foram diversidades opiniões que foram abordadas que serão consideradas na análise destas falas¹.

Foram arroladas para este estudo as adolescentes que possuíam as seguintes condições: ter gravidez a fazer consulta Pré-natal; ter a sua criança a ser acompanhada nas consultas de peso; ser casada; ter abandonado o ensino; aceitar participar voluntariamente no estudo e assinar o termo de consentimento informado, se tiver uma idade igual ou superior a 12 anos.

O estudo não incluiu as adolescentes que não contraíram união prematura; as que não abandonaram o ensino; as que não foram à consulta no período em que decorreu a pesquisa e aquelas que não estavam em condições psíquicas para falar.

Para a colecta de dados, foi usado um guião de entrevista semi-estruturada previamente estabelecido pelo pesquisador, esse guião foi composto por dados demográficos, seguido com as seguintes perguntas: com quantos anos você contraiu o casamento? Foi por vontade mútua em contrair o casamento ou por sentir-se forçada a tomar tal atitude? Embora casada, ainda frequentas a escola? Como você e sua família estão lidando com a situação de casamento? O casamento trouxe alguma mudança ou reestruturação para sua vida? Quais? Como você está pensando a organização da sua vida a partir da chegada de seu filho(a)? O que você poderia dizer sobre esse facto de estar casada na adolescência? Fale um pouco sobre isto. Essas perguntas ajudaram determinar os objectivos desta pesquisa. Usou-se também um gravador de voz. Foi elaborado também um consentimento informado que as adolescentes assinaram, no qual se apresentavam o objectivo geral e os objectivos específicos do estudo, o seu grau de colaboração, as condições a que estariam sujeitas, assim como as garantias dadas, nomeadamente: a confidencialidade dos dados, seguindo os critérios éticos em investigação em seres humanos. A realização do estudo só foi possível depois da aprovação pelo Comité Institucional de Bioética para Saúde da Uni Lúrio.

Antes de começar o estudo, o pessoal de saúde em serviço no local onde decorreu o estudo, foi informado sobre o estudo e apoiou na divulgação do estudo junto das mães que aguardavam as consultas, e ajudou a disponibilizar o acesso às adolescentes que concordassem em participar voluntariamente no estudo. As que aceitaram, foram convidadas pelo investigador para participarem numa entrevista agendada por consenso.

As entrevistas tiveram lugar num gabinete na Unidade Sanitária. Este espaço era relativamente confortável e permitiu que o processo de entrevista pudesse decorrer com a devida privacidade e conforto para as entrevistadas. As adolescentes que contraíram a união prematura foram sendo assim recrutadas até se alcançar a *saturação teórica*, que consistiu na suspensão da inclusão de novas participantes, quando o investigador ficou com a percepção de que a

informação recolhida começava a ser repetitiva, ou seja, quando teve a percepção de que não surgiam novos assuntos durante as últimas entrevistas efectuadas no âmbito deste estudo.

As entrevistas foram introduzidas na folha de identificação preenchida pelo investigador, com o objectivo de reunir os principais dados de cada adolescente, tendo sido gravadas para ajudar o investigador a prestar maior atenção às respostas das entrevistadas. A gravação era registada como anónima, de modo que não fosse possível a sua identificação por outras pessoas.

Tratando-se de um estudo qualitativo, a análise dos dados foi efectuada com recurso ao **método de análise fenomenológica**. Esta abordagem qualitativa fenomenológica, pareceu ser a mais apropriada para permitir na compreensão das experiências e percepções em adolescentes envolvidas em união prematura.

Este método, obedece quatro passos claros para análise de dados²⁴ que são:

1º Passo: foram feitas múltiplas leituras após as transcrições, a fim de tentar compreender o fenómeno em estudo duma forma geral; **2º Passo:** foram identificadas unidades significativas com base em aspectos considerados relevantes, no âmbito do fenómeno em estudo. Unidades significativas foram consideradas as partes/sequências das transcrições que parecem importantes para o investigador no contexto do fenómeno estudado. Assim, no contexto específico deste estudo, procurou-se identificar nas transcrições segmentos que se referiam de algum modo às experiências e às percepções das entrevistadas sobre o fenómeno em estudo. Foram anotadas com maior rigor as experiências e percepções individuais das adolescentes envolvidas nas uniões prematuras; **3º Passo:** consistiu na transformação das unidades significativas em linguagem técnica, procurando enfatizar o fenómeno investigado; **4º Passo:** consistiu na busca de uma síntese das unidades significativas transformadas numa estrutura consistente, procurando captar as experiências e as percepções sobre uniões prematuras.

4-RESULTADOS E DISCUSSÕES

Da análise da entrevista, foram identificadas as seguintes categorias significativas: factores que influenciam uniões prematuras; implicações psicossociais de uniões prematuras. Para a elaboração de unidades significativas, o pesquisador baseou-se em dois momentos: no *relato ingénuo*- que consistiu na gravação dos relatos dos sujeitos na sua forma original, sem alterar a

grafia ou substituir os termos e, na *identificação de atitudes*- que consiste em não perder de vista o sentido geral do discurso do fenómeno pesquisado; o que pode ser conseguido através de várias leituras de depoimentos dos sujeitos em estudo, captando o sentido através da selecção de passagens mais ricas dos discursos dos sujeitos²⁵.

4.1-Factores que Influenciam Uniões Prematuras

Das 21 raparigas entrevistadas que contraíram a união prematura, apontaram informações diversificadas, sendo entre elas:

- ✓ Gravidez indesejada;
- ✓ Pobreza e vulnerabilidade das famílias;
- ✓ Pressão dos pais ou líderes familiares e
- ✓ Desejo de casar por parte das próprias raparigas.

As 3 Adolescentes entrevistadas, afirmaram que contraíram união prematura devido a gravidez indesejada. E quando isto aconteceu, foram obrigadas a assumir a união prematura pelos seus familiares. Isto está evidenciado na fala da Adolescente abaixo:

“Eu não quis contrair a união prematura, foi por causa de contrair gravidez, quando fiquei grávida a reacção dos meus pais foi de me expulsar e exigiram-me a viver com o homem que me engravidou, e dai saí de casa comecei a viver com ele”. (Adolescente de 18 anos. Contraiu a união prematura com 16 anos).

Pode-se observar que algumas famílias têm um comportamento que é de expulsar a adolescente de casa ou exigir que contraia a união prematura para ter responsabilidades. Havendo ainda a possibilidade de a rapariga e o companheiro irem morar em cômodos anexos da família de um deles, mantendo os vínculos familiares. União prematura pode ser constituída como uma das consequências da gravidez na adolescência, uma vez que quando os pais recebem a notícia de gravidez, é comum exigirem responsabilidades para que ela contraia união prematura

para cuidar a gravidez com o autor da grávida⁷. Neste caso, a união prematura é realizada mesmo sem consentimento da adolescente que se sente obrigada a contrair a união prematura⁵.

Uma adolescente contraiu também a união prematura por ser obrigada devido a gravidez indesejada, na data da entrevista encontrava-se separada com o seu parceiro vivendo só com sua filha. Isto é evidenciado no discurso que se segue:

“Contrai a união prematura sem querer, foi por causa de ter contraído gravidez, quando fiquei grávida informei os meus pais e perguntaram-me quem foi o autor da gravidez, falei a pessoa e os meus pais pediram-me para lhes acompanhar na casa dele, fomos lá, quando chegamos os meus pais perguntaram-lhe se realmente era o autor da gravidez e ele concordou, dai fui obrigada a viver com ele. Vivi com ele durante o período da gravidez e quando dei parto passou um ano depois me expulsou. Agora vivo com os meus pais junto com meu bebé, assim estou a passar mal com o meu bebé”. (Adolescente de 17 anos de idade, contraiu a união prematura enquanto tinha 16 anos de idade).

A maioria das uniões prematuras que ocorrem na adolescência devido a uma gravidez indesejada, tendem a terminar em separação rapidamente, pois na verdade, naquele momento não estava nos planos de nenhum dos dois em contrair união prematura ou ter filhos. A decisão surgiu então por um motivo exterior e não por uma vontade dos envolvidos²⁷.

Uma outra entrevistada afirmou que contraiu a união prematura por ser órfã dos pais, e aceitou a união prematura para ter um sustento de sobrevivência. Como mostra o trecho abaixo:

“Eu sou órfã de pai e mãe e vivia com minha avó, então a vida para mim era muito difícil, sofria muito, porque minha avó não tem condições, e dai preferi me unir com meu marido”. (Adolescente de 18 anos, contraiu a união prematura com 17 anos).

As raparigas que vivem em condições de vulnerabilidade social, têm dificuldades a vários tipos de serviços como: saúde, educação, alimentação, dentre outros que prejudicam ainda a sua condição de vida, optando em contrair a união prematura para aliviar essa dificuldade¹.

Também foram identificadas 3 adolescentes que contraíram a união prematura por serem forçadas com seus pais e líderes familiares. Como evidenciam os trechos a seguir:

“Para contrair a união prematura fui obrigada com a minha mãe, eu não queria. O meu plano era de estudar, e depois de terminar é que pensaria em me casar”. (Adolescente de 18 anos. Contraiu a união prematura com 15 anos).

“Contrai a união prematura por ser forçada com meu tio, ele dizia que tinha que casar porque já era adulta e podia correr risco de contrair a gravidez indesejada”. (Adolescente de 17 anos. Contraiu a união prematura com 17 anos).

“Para contrair a união prematura fui obrigada com meu pai, e como não podia desobedecer, tive que aceitar, porque se não aceitasse podia zangar comigo e não estaria a me ajudar alegando que neguei casar”. (Adolescente de 16 anos. Contraiu a união prematura com 17 anos).

A realidade moçambicana, mostra que a união prematura pode ser arranjada pela família e, nem sempre as raparigas podem decidir sobre quando e com quem vão casar. Muitas raparigas vítimas de uniões prematuras, são forçadas a contrair a união prematura e não por vontade própria⁵.

Outras 15 entrevistadas com idade compreendida entre 14 a 18 anos, tiveram respostas semelhantes, elas informaram que não foram pressionadas a contrair a união prematura, na verdade o fizeram por vontade própria. Isto é evidenciado nos discursos que se seguem:

“Eu quis contrair a união prematura, ninguém me obrigou, porque estava cansada de ser criada com meus pais, e dai decidi em contrair união

prematura, e os meus pais gostaram por eu tomar a tal decisão. É que quando a pessoa for crescida e não casar lhe consideram de prostituta.” (Adolescentes com 18 anos, contraiu a união prematura quando tinha 14 anos).

A união prematura nesse período pode representar a busca por reconhecimento e concretização de um projecto de vida viável para algumas raparigas, especialmente aquelas de baixo nível socioeconómico. Além disso, um dos motivos que tem levado a uma maior incidência de uniões prematuras, é o facto que, no decorrer dos anos, as famílias estão diminuindo as formas de controle sobre as filhas, os pais diminuem a repressão para não se tornarem inconvenientes ou obstáculos na vida das filhas¹. Algumas vezes os pais sentem-se envergonhados em falar sobre sexualidade com as filhas, estes também sentem vergonha em conversar com seus pais sobre o assunto. Essa possível falta de proximidade, muitas vezes, pautada nessa dificuldade ou vergonha de discutir valores familiares é um dos caminhos que leva para um distanciamento entre pais e filhas e, faz com que, as adolescentes que estão na fase de puberdade tomem decisões sozinhas e optam em contrair a união prematura¹⁰.

As duas entrevistadas apresentaram também informações semelhantes, referindo que assumiram a união prematura por livre vontade para evitar gravidez indesejada e não serem assumidas pelos seus parceiros. Como mostra o seguinte discurso:

“Contrai a união prematura para evitar gravidez indesejada, porque a maior parte dos homens quando engravidam negam assumir, antes que acontecesse isto comigo achei conveniente em aceitar a união prematura e os meus pais gostaram da minha decisão”. (Adolescente de 14 anos e outra de 17 anos).

4.1.1-Implicações Psicossociais de Uniões Prematuras

Das 21 Adolescentes entrevistadas, referiram que a união prematura tem implicações positivas e negativas.

Das 3 entrevistadas, tiveram respostas semelhantes, afirmaram que a união prematura tem implicações positivas, mesmo que tenham abandonado o ensino. Isto fica evidenciado na fala de uma delas:

“Quando contrai a união prematura deixei de estudar, porque tornava difícil atender as duas tarefas em simultâneo. Preferi abandonar os estudos para cuidar do meu marido e actividades de casa. Sinto-me bem por contrair a união prematura, porque faço o que quero, não dependo como dependia quando vivia com os meus pais”. (Adolescente de 17 anos, contraiu a união prematura com 16 anos tendo abandonado o ensino enquanto frequentava o ensino primário-5^a Classe).

A união prematura interrompe uma fase em que os indivíduos deixam de ser adolescentes e imediatamente passam a ter responsabilidade de uma pessoa adulta¹, e pode limitar a educação da adolescente, restringir suas habilidades na força de trabalho e reduzir sua qualidade de vida.

Uma Adolescente entrevistada afirmou que depois de ter sua filha abandonou os estudos, porque não tinha com quem deixar quando fosse a escola, isto é evidenciado na fala dessa Adolescente:

“Contrai a união prematura quando frequentava a 9^a classe, antes de terminar fiquei grávida. Quando dei parto comecei a ter dificuldades com quem deixar o meu bebé, porque se estivesse a deixar com meu marido ele não seria capaz de cuidar, logo optei em anular a matrícula”. (Adolescente de 17 anos, abandonou o ensino enquanto frequentava o Ensino Secundário-9^a classe).

A união prematura expressa principalmente nas camadas mais pobres da sociedade moçambicana, que estão em fase escolar, após o nascimento do bebé passam por dificuldades ao retorno à escola, ficando a cuidar o seu bebé, porque não têm condições para meter na creche ou

procurar uma cuidadora. Então, bebé obtido fruto a união prematura, pode ser um facto novo que venha contribuir para dificultar ainda mais os estudos¹.

Outras 2 entrevistadas referiram que se sentem satisfeitas em contrair a união prematura, mas a pesar disso houve alguma mudança, porque após a união prematura, passaram a ter mais responsabilidades na forma de levar suas vidas, elas se sentem satisfeitas pela união prematura por um lado tristes por terem deixado tantas outras coisas de lado. Isto fica evidenciado na fala duma das Adolescentes abaixo:

“A união prematura melhorou a minha vida, não sofro como sofria quando vivia com os meus pais, só o que não é bom é que a pessoa não brinca livremente, porque tem que atender o marido, realizar trabalhos de casa, e a pessoa falta muito na escola e em fim, acaba preferindo em abandonar os estudos, porque é difícil atender todas tarefas simultaneamente, (Adolescente de 17 anos, casou com 17 anos. Abandonou os estudos enquanto frequentava o ensino primário-5^a Classe).

Outras 2 entrevistadas informaram que estão arrependidas após a união prematura por não terem apoio dos seus maridos, tendo aumentado o sofrimento, não só, mas também por terem dificuldades em manter as actividades que faziam anteriormente, como frequentar a escola, realizar actividades sociais como: sair para se divertir, então passam a se dedicar nas tarefas ligadas ao casamento, elas se sentem infelizes pela união prematura, por terem deixado tantas outras coisas de lado. A fala duma das Adolescentes evidencia um pouco estas dificuldades:

“Quando optei em contrair união prematura pensei que a vida poderia melhorar, mas foi ao contrário. Faço muitos trabalhos, o meu marido me obrigou a abandonar os estudos, dizendo que temos que trabalhar no campo, nem brinco livremente como brincava quando vivia com meus pais, passo todo tempo a trabalhar, isto não acontecia quando vivia com meus pais. Nem me ajuda, a união prematura piorou a minha vida”. (Adolescente de 17 anos, casou com 15 anos. Abandonou os estudos enquanto frequentava o ensino secundário- 9^a Classe).

O momento em que ocorre um arrependimento nas adolescentes que vivenciam a união prematura, é quando passam a ter modificações em seus actos, neste momento podem surgir sentimentos de mágoa e sentir o peso do erro cometido²⁵. Uma adolescente em união prematura implica que lide com os desafios que lhe são inerentes, isto é, com as tarefas específicas que exigem o casamento, para além das tarefas de desenvolvimento normativo da adolescência. A união prematura vai implicar modificações nos diversos domínios de existência da adolescente, quer em termos do seu desenvolvimento individual, quer nos seus contextos de vida significativos.

Considerações Finais

Este trabalho analisou as experiências e percepções das adolescentes envolvidas em união prematura, apurando os factores e/ou determinantes que influenciam uniões prematuras e suas implicações. Os factores que contribuem para uniões prematuras são vários, dos quais destacam-se: a pobreza e vulnerabilidade das famílias; falta de orientações claras da camada adolescente sobre a fase apropriada que elas poderão contrair o casamento; pressão dos pais e líderes familiares às suas filhas para casarem-se e, desejo de casar por parte das próprias adolescentes.

Uma das informações mais destacável através desta pesquisa, foi de que, as adolescentes casam por vontade própria, para além das outas que informaram que casaram por pressão dos pais e gravidez indesejada. Portanto, é de referir que Uniões prematuras é uma experiência que pode ter consequências tanto negativas quanto positivas para as adolescentes.

Sugestões

Depois de suma profunda análise, sugerimos neste sentido que as instituições ou programas que lidam com adolescentes precisam com urgência produzir acções mais eficazes de orientação, não só como uma questão de saúde, mas de consciencialização das implicações ou dificuldades que pode causar as uniões prematuras, tendo como foco as implicações psicológicas, de saúde e sociais, visto que, as uniões prematuras limita a chance de adolescente se formar e ter uma colocação profissional, porque contribui para o abandono do ensino, para além de violar a integridade física, social, psicológica e de saúde sexual reprodutiva das adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Gonzaga. A. D. Gravidez na Adolescência: reflexo da falta de orientação? Um debate acerca das informações prestadas; Universidade de Santa Catarina. Florianópolis- SC; 2011.
2. Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Nº 8,069 (Artigo: 15); 1989.
3. Constituição da República de Moçambique (Artigos: 47, 120, 121); 2004.
4. Artur, Maria José. Uniões prematuras como Violação dos Direitos Humanos, 2010.
5. Sónia Nhamtumbo et al. Casamento Prematuro em Moçambique, Maputo, 2010.
6. Enciclopédia de Conhecimento Ciência e Tecnologia o Homem, Resomnia.
7. Magalhães, M. L. C. A Adolescência e a Gravidez. In: Monteiro, D. L. M, Trajano, A. J. B., Bastos, A. C. (Org.). Gravidez e Adolescência. R J:Revinter, v. 1, p. 03-20, 2009.
8. Coligação para eliminação de Casamento Prematuro em Moçambique, Maputo, 2015.
9. Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano: *Guia do Professor*; Maputo; 2018.
10. Cares, Elizabeth carvalho dias. Formação continuada- Conselheiros de defesa dos direitos da criança e do adolescente- Conselheiros tutelares/Instituições conveniadas. A Família Brasileira no contexto histórico e cultural. Macaé, 2008.
11. Fanelli, Cláudia Márcia Trindade. A Gravidez na Adolescência como um dos desafios para as Políticas de Educação E Saúde/ Cláudia Márcia Trindade Fanelli. Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, 2003.
12. Oliveira, R. C. Adolescência, gravidez e Maternidade: A percepção de si e a relação com o trabalho. *Saúde e Sociedade*, 17 (4), 93-102, 2008.
13. Lei da Família, aprovada pela Lei nº 10/2004 de 25 de Agosto (Artigo: 30º); Moçambique 2004.

14. Andrade, P. R., Ribeiro, C. A., & Silva, C. V. Mãe adolescente vivenciando o cuidado do Filho: Um modelo teórico. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 59, 30-35, 2006.
15. Furstenberg, F. Jr. Unplanned parenthood: the social consequences of teenage childbearing. New York: Free Press, 1976.
16. Aquino-Cunha, M., Queiroz-Andrade, M., Tavares-Neto & Andrade T. Gestação na adolescência: Relação com baixo peso ao nascer. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*.
17. Carvalho, M. Vinculação, temperamento e processamento de informação: Implicações nas perturbações emocionais e comportamentais no início da adolescência. Tese de doutoramento não publicada, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, Portugal, 2007.
18. Canavarro, M. C., & Pereira, A. I. Gravidez e maternidade na adolescência: perspectivas teóricas. In M. C. Canavarro (Coord.), *Psicologia da gravidez e da maternidade* (pp.323-357), Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
19. Lima, J. D. O Despertar da Sexualidade na Adolescência. Orgs Pereira, J. L et al. Sexualidade na adolescência no novo milénio/ Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pró- reitoria de Extensão, 2007.
20. Arnaldo Carlos. Casamento Prematuro em Moçambique: *Que distritos estão mais afectados?* Maputo- Moçambique.
21. UNICEF. Casamento prematuro e gravidez na Adolescência em Moçambique: Causas e Impactos, Maputo, 2014.
22. Martins, J. Bicudo, M.A.V. A pesquisa qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos. São Paulo, 1989.
23. Simões, A. A investigação-acção: natureza e validade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Ano XXIV, p. 39-51; 1999.
24. Giorgi, A. A investigação- acção: natureza e validade. *Revista portuguesa de Pedagogia*. Ano XXIV, p. 39-51; 1999.

25. Moreira, W.W. Análise de conteúdo: técnica de elaboração e análise de unidades de significado. *Revista de Ciências e Movimento*, v. 13,n. 4, p. 107-114, 2005.
26. Pignatel, T. A. Factores que influenciam a Incidência de Gravidez na Adolescência, Monografia de Bacharelado em Psicologia. Centro de Ciências de Saúde Universidade do Vale do Itajaí. Biguaçu / SC. 2009.
27. Zagury, T. *O Adolescente por ele mesmo*. 9^a ed; Rio de Janeiro: Record; 1997.
28. Conselho de Ministros.“Estratégia Nacional de Prevenção e Combate dos Casamentos Prematuros em Moçambique (2016-2019).” Maputo; 2015.